



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE MARÇO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido do Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 42, de 12/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 14ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 13ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu não tinha tido ainda a alegria de participar de uma sessão aberta por V.Exa. na condição de Presidente. Portanto, sem qualquer descrédito ao nosso Presidente, Deputado Leonardo Prudente, quero desejar a V.Exa. muita sorte e dizer que V.Exa. fica muito bem à frente dos trabalhos do Poder Legislativo.

Espero que, mais vezes, tenhamos oportunidade de abrir a sessão com a presença de V.Exa. no horário, mesmo que os Parlamentares ainda não estejam, como deveriam estar, aqui no plenário. Registro que estou feliz em vê-lo no exercício da Presidência pela primeira vez, aqui na nossa Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rogério Ulysses. Agradeço a V.Exa. pelas palavras. Que nós tenhamos realmente muito sucesso na condução dos trabalhos.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa, pela Liderança do Bloco Social Trabalhista.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – O Líder do bloco é o Deputado Cristiano Araújo, mas como S.Exa. está ausente, vou fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. foi Líder no ano passado e conduziu muito bem os trabalhos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, assessores, eu queria abordar aqui o seguinte: vou parabenizar as servidoras Christiane Richter Reichel Andrade – matrícula nº 16.821; Marília Dias da Silva – matrícula nº 16.818 e Milene Guimarães – matrícula nº 12.013. São taquígrafas do Setor de Taquigrafia da Casa e foram aprovadas no concurso público da Câmara dos Deputados. Rendemos a elas todas as felicidades nos novos cargos que vão ocupar.

Sr. Presidente, V.Exa. foi um dos protagonistas do que vou falar. O ano passado, nós tivemos algumas questões pontuais aqui a respeito da atuação da própria Casa, da atuação da Comunicação Social da Câmara, que, vez por outra, deixava de registrar o que devia. Eu acho que nós continuamos do mesmo jeito com a nova Mesa Diretora. A Mesa Diretora é um todo. Quem participa das atividades da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	3

Mesa Diretora tem toda a responsabilidade pelo que acontece lá. Cada um, na medida da sua competência.

Nós fizemos uma reunião hoje de manhã e considerei muito boa a “pancadaria”. Todos sabem a que estou me referindo. A pancadaria não foi tão contundente. O ambiente foi muito bom, primeiro encontro, todo mundo à vontade, mas ali houve algumas coisas boas, como por exemplo a determinação do Sr. Presidente para que a Vice-Presidência adote medidas urgentes no sentido de colocar, na página da Internet, todas as notas de gastos dos Deputados no exercício do mandato. Isso é um avanço. Temos defendido isso. O Presidente já tinha dado o seu aval.

A Mesa Diretora, quase em unanimidade, concordou, e até me atrevo a dizer – eu disse isso lá hoje – que, em sendo todo o processo administrativo público – disse isso lá em alto e bom tom –, qualquer repórter pode ter acesso, como pode ter acesso a qualquer processo de prestação de contas. É público e temos o dever de prestar contas daquilo que fazemos. Eu, de minha parte, não tenho receio de nada.

Agora, quando eu disse que nós continuamos do mesmo jeito, eu queria me referir a uma nota que foi para a página da TV, que acusa o comparecimento dos distritais lá. Diz assim: “Presidente anuncia mais cortes e promete debate sobre o orçamento da Câmara”. Há uma introdução e continua: “Entre outros assuntos, Deputados da Mesa Diretora responderam questões sobre o reajuste salarial dos servidores, sobre o PDOT e sobre a nova sede da Câmara”. Aí vem o que acho um pecado capital. Podia ser com qualquer um, mas como sou vítima pela segunda ou terceira vez, vou dizer: “Participaram do café o Vice-Presidente, Deputado Cabo Patrício - PT, os Deputados Raimundo Ribeiro - PSL e Wilson Lima - PR, respectivamente Segundo e Primeiro Secretários”.

Mal de uma Assessoria de Comunicação Social caolha. Caolha, repito. Se continuarmos do mesmo jeito, vamos ter peças de comunicação, por exemplo, como a que nós tivemos no ano passado. Omitir os participantes da Mesa? Omitir quem realmente esteve lá é vergonhoso. É ser cego! Essa é a palavra mais lhana que se possa usar.

É por isso que a Comunicação da Casa está do tamanho que está. Eu queria que estivesse aqui o responsável pela elaboração. Eu queria olhar no olho dele para saber se realmente ele é cego.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a primeira vez que eu participo de um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	4

pronunciamento com a Mesa presidida por S.Exa., Deputado Cabo Patrício, digníssimo Vice-Presidente desta Casa. É um prazer.

Ouvi atentamente os noticiários no final de semana e uma coisa me preocupa. Com todo o respeito ao que se pensa, Deputado Chico Leite, eu acho os sem-terras no Brasil... E assisti a um debate do nobre Deputado Federal Ronaldo Caiado, que também é do meu partido, Democratas, no qual citaram os absurdos que vêm sendo praticados contra a propriedade particular neste País.

O Sem Terra, financiado pelo PT. O Sem Terra, financiado pelo PT – vou repetir –, está invadindo propriedades particulares, fazendas e mais fazendas, de norte a sul deste País, inclusive aqui no Distrito Federal. O papo de latifúndio improdutivo deveria ser avaliado pela Fazenda Paulínia, em São Paulo, que era produtiva. Havia avicultura, piscicultura, gado de corte, gado de leite e os sem-terras a invadiram no Governo Franco Montoro. Não sei se V.Exa. se recorda, Deputado Chico Leite, nessa época V.Exa. não era Deputado, era Promotor de Justiça. Então, nessa época invadiram a fazenda e, depois da invasão, o dono da fazenda optou por dizer: “Não, já que vocês querem essa parte da fazenda, eu vou recuar minha divisa. Até onde vocês querem invadir minha fazenda?” Aí colocou uma cerca.

Eles invadiram o local da ordenha, da piscicultura, do celeiro. Tudo ali foi invadido. Como resposta, Deputado Raimundo Ribeiro, nobre Deputado e nobre advogado – mas não presta atenção ao que a gente fala, de jeito nenhum – eles invadiram, Deputado Chico Leite, a Fazenda Palmira e depois venderam tudo o que lá havia. Foi o PT! Venderam tudo o que havia na fazenda, abandonaram a terra e deixaram para o cidadão refazer tudo de novo. Venderam telha, caibro, ripa. Levaram tudo embora.

E agora vem acontecendo no Distrito Federal de novo. Pasmem os senhores: a Justiça não pode fazer nada! Não pode fazer nada, Deputado Raimundo Ribeiro, porque não há endereço. Chama a polícia para resolver o problema, mas como a polícia vai resolvê-lo? Como? De que forma? Eles chegam, como bem lembrado pelo Deputado Federal Ronaldo Caiado, as FARC do Brasil. Entendeu? As FARC do Brasil. São guerrilheiros, funcionados com o dinheiro público do Governo Federal. Sim, senhor! Há um dinheiro que sai dos cofres públicos para o MST.

Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. disse “ainda bem”, depois explique o porquê. Estão invadindo toda propriedade particular.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Geraldo Naves, concederei mais 1 minuto para V.Exa. concluir o pronunciamento.

DEPUTADO GERALDO NAVES – V.Exa. é muito rígido, e eu usarei apenas 1 minuto, Sr. Presidente.

Portanto, eu quero condenar mesmo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Distrito Federal, e vai aqui a minha vênica a todos os sofredores,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	5

proprietários de pequenas propriedades também, que serão num futuro breve vítimas desse movimento que destrói o País, com certeza. E financiado pelo PT!

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Geraldo Naves, pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses, pelo Bloco Parlamentar Progressista.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Raimundo Ribeiro havia solicitado o uso da palavra pela Liderança. Eu falarei nos Comunicados de Parlamentares, e declino a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito bem, Deputado Rogério Ulysses.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Progressista, por 5 minutos.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero, em preliminar, pedir desculpas ao Deputado Geraldo Naves, que puxou minha orelha neste momento dizendo que eu não estava prestando atenção no que S.Exa. dizia. Mas é porque minha orelha e meu ouvido estão sempre ligados, independentemente da direção dos meus olhos, e eu não posso perder a chance, Deputado Geraldo Naves, de beber a sabedoria destilada sempre por V.Exa. Então eu gostaria que aceitasse minhas desculpas.

Mas eu pedi, e quero agradecer ao Deputado Rogério Ulysses, a oportunidade de falar em nome da Liderança para trazer aqui algo que reputo da maior gravidade, Sr. Presidente. É uma denúncia formulada por servidores do Hospital Regional de Sobradinho que, inclusive, num ato de defesa, colocam-se no anonimato pois já foram punidos funcionalmente em outras oportunidades porque levaram adiante algumas denúncias acerca do que acontece naquele hospital. Quero me referir aqui a situações que foram colocadas por eles e que tive o cuidado de, antes de trazer até esta Casa, checar as informações. Efetivamente, isso está acontecendo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Tive ocasião de receber denúncias de servidores e servidoras da Saúde de Sobradinho, e algumas denúncias de assédio moral, seja na direção de Posto de Saúde, seja no próprio hospital. E havia um comentário de outras pessoas, não das que me trouxeram a denúncia. Quero aproveitar, por um dever de lealdade intelectual e porque acho que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	6

o pronunciamento de V.Exa. é extremamente oportuno.

Alguns diziam que a pessoa que dirigia o posto ou o hospital era ligada politicamente a V.Exa., e eu fiquei de fazer a indagação à ocasião, já no final do ano. Eu queria deixar a indagação, e acho oportuno que V.Exa. faça esse pronunciamento e esta Casa se una a V.Exa. para tomar providência contra aqueles que assediam moralmente servidores concursados ou que os deixam, em razão de sua visão política, em má situação no serviço público.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte, Deputado Chico Leite.

Quero lhe dizer que não tenho na direção de nenhum posto ou do hospital qualquer pessoa que seja ligada politicamente a mim. Posso até ter simpatizante, mas não tenho pessoas ligadas ou a responsabilidade pela indicação dessas pessoas.

A denúncia se refere principalmente à questão de estrutura, Sr. Presidente. Tive a oportunidade de checar a informação de que, há mais de um mês, não há radiografia na área de radiologia e radiografia, porque lá existe um aparelho que, quando funciona, fica ligado 24 horas, prejudicando a manutenção preventiva. Isso quando funciona. Aliás, a licitação para a manutenção expirou o ano passado, e até agora não foi restabelecida. Então, esse é um problema de natureza administrativa que é fácil de resolver. Só precisa que haja um trabalho preventivo.

As conseqüências disso: os pacientes, principalmente aqueles que têm algum tipo de trauma, têm de esperar numa primeira fila e depois numa segunda na chefia de equipe para providenciar um carro. Quer dizer, para o problema de saúde que ele tem – não tem nada a ver com o carro –, ele tem que aguardar numa segunda fila por um carro que o leve para Planaltina ou para o Paranoá, para depois ser submetido a uma terceira fila e, aí sim, fazer o exame e depois voltar com o resultado até o médico de Sobradinho, que possivelmente, em razão do tempo, já não estará mais naquele local. Então, essa é a situação.

A outra se refere à questão do ecógrafo. A informação é de que ele está em péssimas condições e com prazo vencido de licitação também.

Com relação à tomografia, existe um aparelho obsoleto que, há três meses, encontra-se literalmente jogado no corredor da radiologia com os cabos à mostra, sujeito à umidade, à poeira, ao vento e às oscilações de temperatura. Apesar de eu não ser da área, apesar de eu não conhecer tecnicamente esses aparelhos, sabemos que, quando esses aparelhos ficam expostos desta maneira, eles são avariados em razão disso. Enquanto isso, os pacientes eletivos amargam filas quilométricas e os de urgência são transferidos para o Hospital de Base quando a tomografia de lá está funcionando.

Os exames de laboratórios demoram quase 24 horas e, na maioria das vezes, são respondidos com FR, que depois eu descobri que significa falta de reagente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu queria parabenizar V.Exa. pela preocupação com nosso Hospital de Sobradinho. Venho acompanhando esse problema com o mesmo interesse que V.Exa. Realmente, essa situação é absurda, porque esse Raio X do Hospital de Sobradinho está estragado há mais de 90 dias. Infelizmente, o fato de o nosso pessoal de Sobradinho ter que ir a Planaltina em uma kombi para fazer o raio X é verídico. Esse tomógrafo a que V.Exa. está se referindo é um tomógrafo que foi desarticulado em Taguatinga quando Taguatinga recebeu um tomógrafo novo. Então, eles colocaram o tomógrafo novo em Taguatinga e mandaram o tomógrafo velho para Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Raimundo Ribeiro, já concedi dois minutos a V.Exa., mas vou conceder mais, porque o tema é muito importante. Inclusive eu fiz um requerimento solicitando informações daquele hospital por que o equipamento de raios X continua sem manutenção há mais de quatro meses. Aliás, não só no Hospital de Sobradinho, como no do Gama e de outras unidades de saúde do Distrito Federal. Portanto, como é um tema muito importante e como, numa pesquisa, 80% da população estão preocupados com a saúde, vou dar mais tempo para que V.Exa. continue e conceda aparte ao Deputado Raad Massouh e outros Parlamentares.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Então, complementando, Deputado, na audiência pública lá na Fercal, o nosso Governador Arruda atendeu a essas reivindicações e autorizou um novo Raio X para a cidade de Sobradinho, que deverá ser ligado no prazo de vinte a trinta dias. O tomógrafo já está em fase de operação. Eles já estão desarticulando o tomógrafo velho e instalando o novo.

Deputado Raimundo Ribeiro, parabens V.Exa. pela iniciativa. Graças ao Governador Arruda, essa situação já está andando para um final feliz. Temos vários problemas. Coloco-me à disposição de V.Exa. no que for preciso para atender a nossa comunidade de Sobradinho.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Raad Massouh.

O que o Deputado Raimundo Ribeiro acrescentou mostra claramente a preocupação que devemos ter com esse problema na nossa cidade, mas também demonstra que o Hospital de Sobradinho se tornou refugio de material inservível do Hospital de Taguatinga, o que é um absurdo.

Dando continuidade, eu gostaria de falar um pouco sobre a questão do risco cirúrgico. Mesmo quando a cirurgia é de emergência, ela demora mais de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	8

semana, e a média de internação das mulheres idosas com fratura de fêmur leva em torno de 15 dias.

Com relação também às cirurgias de emergência e urgência, como só existe um anestesista para ortopedia e cirurgia geral, os médicos ficam disputando salas e atrasando procedimentos que podem causar danos à saúde, podendo levar ao óbito do paciente.

Com relação às cirurgias eletivas, eu gostaria da atenção dos demais Parlamentares, porque me parece que há algo de uma gravidade extrema. É que está se discutindo no âmbito do hospital a possibilidade de adoção de uma chamada roleta russa para escolher quais são as cirurgias que serão feitas, em razão de não terem condições de fazer todas as cirurgias. Quer dizer, isso é mais do que perverso, isso é desumano com o paciente. Eu acho, Sr. Presidente, que se abusa da condição e do apelido que se emprestou ao cidadão quando está na área de saúde: paciente. Até quando esse sujeito, esse cidadão vai ter a paciência de aguardar isso?

Para se ter uma idéia, nós temos pedidos – eu tenho esse comprovante – de cirurgia datada de mais de seis anos atrás. Realmente, é uma coisa absurda. Ao trazemos para cá, depois de termos informado à Secretaria de Saúde, estamos trazendo uma contribuição para que o Governo do Distrito Federal – aqui, quando eu me refiro ao Governo, estou me referindo ao Governador José Roberto Arruda –, tomando conhecimento desse tipo de problema, determine uma imediata providência para que não precisemos mais conviver com esse tipo de situação. Então, essa é a primeira situação que eu gostaria de trazer, que se refere ao Hospital Regional de Sobradinho.

Agradeço, em nome da nossa cidade de Sobradinho, ao Governador José Roberto Arruda por autorizar o início das obras de duplicação da DF-150. Mas digo também que, desde o final do ano passado, solicitamos a S.Exa. e também ao Secretário de Transportes, Alberto Fraga, que se proibisse o trânsito de caminhões que vêm da fábrica de cimento apenas no horário das 6h às 8h30min, pois, com isso, nós poderíamos desafogar o trânsito e não precisaríamos passar uma hora e meia do Grande Colorado até o balão do Grande Colorado, que é o que está acontecendo. O Governador e o Secretário concordaram, mas nada aconteceu. Eu não sei exatamente por que uma medida tão fácil de adotar até hoje não foi adotada, principalmente quando o próprio Governador e o Secretário autorizaram.

O nosso gabinete vai continuar aberto aos funcionários do Hospital Regional de Sobradinho para que possamos verbalizar aquilo que eles não podem verbalizar por medo das retaliações que acontecem naquele estabelecimento.

Agradeço a tolerância de V.Exa., Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência agradece ao Deputado Raimundo Ribeiro por suas palavras, até porque S.Exa. dá um respaldo muito maior em função de ser da base do Governo, morador de Sobradinho e colocar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	9

a prioridade do Governo na construção de obras e não na manutenção da vida do cidadão do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há umas coisas no Governo do Distrito Federal que eu não entendo. Eu não entendo mesmo. O Governo reclama que caiu a arrecadação. Agora, se caiu a arrecadação, por que o Governo não cria mecanismos para aumentá-la?

Por exemplo, o projeto que dá desconto no IPTU e no IPVA ao contribuinte que exigir sua nota fiscal. Esse projeto foi apresentado por mim e depois pelo atual Presidente desta Casa, Deputado Leonardo Prudente, que também apresentou um projeto visando estimular as pessoas a exigirem a nota fiscal. O meu projeto virou substitutivo do dele e foi aprovado aqui. Depois, o Governo mudou tudo e mandou outro projeto tornando facultativo. E ainda – pasmem – o *site* da Secretaria de Fazenda diz que as notas para o exercício de 2009 só irão valer até o mês de setembro de 2008, sendo que o projeto foi aprovado em agosto. Ou seja, para 2009 não vale porque o Governo deve ser muito competente e deve existir uma burocracia fantástica.

Agora, só faço uma pergunta: se em São Paulo deu certo e aumentou em 814 milhões de reais a arrecadação, por que no Distrito Federal não se faz isso? Por quê? Aumentou em 814 milhões de reais a arrecadação em São Paulo. Por que aqui não se faz isso? Facilitaria a vida do contribuinte que iria pagar menos impostos, menos IPTU, menos IPVA, porque ele exigiria a nota fiscal e teria um desconto na hora de pagar esses impostos de acordo com os créditos que ele tivesse. O contribuinte cumpriu sua função de cidadão. Aliás, já é obrigação dele exigir a nota fiscal.

Qual é o problema em se fazer isso? Aumentaria a fiscalização. Aliás, iria precisar até de menos fiscais porque o próprio cidadão iria fiscalizar. Se o empresário não pagar os impostos, o contribuinte não ganha o crédito. Ou seja, o contribuinte só vai ganhar o crédito quando o empresário pagar os impostos. Não há nem o risco de o Governo ter prejuízo porque o contribuinte não ganhará o crédito e o desconto enquanto o empresário não recolher o imposto.

Ou seja, é um projeto genial, criativo. A idéia original nem é minha, é de São Paulo. Agora, não se implanta. Resultado: todo mundo recebendo carnezinho do IPVA e do IPTU e ninguém tendo o desconto. E mais, Sr. Presidente, Deputado Cabo Patrício, que preside esta sessão, o GDF está com uma propaganda na televisão que diz assim: “No IPVA o contribuinte terá uma redução de até 4,5%”. E logo depois diz, Sr. Presidente, que o GDF está dando um desconto de 5% no pagamento à vista, porque o GDF é muito bonzinho. Ora, quem aprovou esse desconto foi a Câmara Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	10

E mais: no projeto original do GDF nem havia essa possibilidade. Isso foi criado por uma emenda. Aliás, eu queria mais, eu queria que fossem 20%, como ocorre em várias outras Unidades da Federação. Aqui o Governo ainda é o bonzinho, que dá o desconto de 5% no pagamento à vista.

Qual é a dificuldade de se implantar esse projeto da nota fiscal? Eu queria saber qual a dificuldade, Sr. Presidente, se operacional, gerencial ou política, porque não dá para entender. O Governo reclama que a arrecadação caiu. Ora, qual é o correto? O contribuinte pagar menos impostos, o Governo aumentar a arrecadação. E quem vai perder com isso? O empresário que sonega, que não vai mais conseguir sonegar porque o contribuinte vai fiscalizá-lo. Ganha todo mundo, o contribuinte, que vai pagar menos impostos, e o Governo, que vai arrecadar mais. Só perde o empresário que sonega. Isso vai fazer a sociedade participar da fiscalização do recolhimento de impostos, ao exigir a sua nota fiscal, uma obrigação do cidadão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Reguffe, quero, em primeiro lugar, unir-me à colocação de V.Exa., mas também quero lembrar que discutimos a atualização da tabela em razão da queda de preços dos veículos usados. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, conseguimos aprovar uma norma pertinente na ocasião. Agora, quero saber em que estado, em que pé está essa atualização, porque tenho recebido inúmeras reclamações com relação a carros cujo valor fixado para cálculo do IPVA está bem acima do valor de mercado. Quero observar que o GDF, enquanto utiliza o argumento da crise para não reajustar a remuneração dos servidores, não verifica que essa malfadada crise fez cair o preço dos carros e por isso o valor do IPVA tem sido cobrado injustamente.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Sr. Presidente, apenas para encerrar, penso que a carga tributária atualmente paga pelo contribuinte é abusiva. Uma das formas de o Governo local suavizar isso é implantar esse projeto da nota fiscal. O contribuinte, ao pegar a nota fiscal – aliás, é sua obrigação exigir a nota na hora em que compra uma mercadoria –, terá em crédito para ele uma parte do que o Governo vai recolher de imposto naquela nota, para ser abatido do IPVA e do IPTU do ano subsequente. Nada mais lógico e criativo. Aumenta a arrecadação do Governo, como aconteceu em São Paulo – a idéia original não é minha –, e o contribuinte paga menos impostos, porque vai receber um desconto na hora em que pagar o IPTU e o IPVA. Eu queria saber qual é a dificuldade do Governo do Distrito Federal em implantar isso. Eu só queria saber isso.

Se São Paulo implantou, por que o Distrito Federal não pode implantar? É bom para o Governo, que vai aumentar a arrecadação, e para o contribuinte, que vai



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	11

pagar menos impostos, em função de um desconto na hora de pagar o IPTU e o IPVA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, pessoal da galeria, nossos assessores, subo a esta tribuna para tratar de um assunto que acho da maior importância, não porque teve repercussão em nível nacional, mas porque pode acontecer com qualquer um de nós aqui.

Deputado Rogério Ulysses – que sei que é muito católico –, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Aylton Gomes, Deputado Reguffe, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Chico Leite – V.Exa. tem uma irmã catequista – e outros mais que temos aqui na Casa, mesmo os Deputados que não são católicos, são evangélicos, defendem a vida. Esta Casa tem 22 Deputados que assinaram o requerimento da Frente Parlamentar Pró-Vida contra o aborto.

O que aconteceu no Brasil esses dias é uma aberração, uma falta de respeito, de temor a Deus. Temor a Deus é zelar pelas coisas de Deus. A moça grávida...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Eu sei, mas mesmo nos casos de estupro, deixem os filhos nascerem, porque a vida é dom de Deus, não é do homem.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Não estava para morrer, não. Ela não estava agonizando, não. A vida é dom de Deus. Ela não podia fazer aquele aborto. O Bispo disse. Eu não estou defendendo o Bispo, não, porque a Igreja Católica já saiu em defesa dele, a Igreja, o Papa, e com toda a razão. Estou falando como leigo, com o testemunho de uma pessoa que também disse “não” ao aborto. A minha filha, se eu tivesse dito “sim” ao aborto que o médico queria fazer, com dois meses de gestação, eu não a teria aqui com dezoito anos de idade, fazendo faculdade de odontologia – e ela é uma das moças mais bonitas de lá, graças a Deus. Mesmo que ela nascesse com algum defeito físico, se fosse a vontade de Deus, eu estaria pronto a aceitá-la, porque talvez essa seria a cruz que Deus me daria para carregar. Eu a aceitaria com resignação, porque eu não queria, eu não podia dizer “não” à vida.

E nenhum de nós tem o direito de dizer isso, nem o Presidente Lula, que fez o seu pronunciamento pela televisão condenando a Igreja Católica. Essa é uma questão de foro íntimo, mas principalmente porque a vida não pertence ao homem e, sim, a Deus, e ninguém tem o direito de tirá-la. Jesus Cristo disse em João 10:10:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	12

“eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância”. E quando se trata da mão de Deus, tudo é diferente do que se fosse da mão do homem.

Aquela moça poderia ser muito bem cuidada. Com mais dois meses de gestação, talvez se pudesse fazer não um aborto, mas uma cesariana e acolher as duas crianças. E as duas crianças viveriam. No entanto, tiraram a chance de as duas crianças viverem. Mataram, assassinaram!

E muita gente ainda está conivente com isso. Juntam-se o Ministro da Saúde, Temporão, que deveria ter caído há muito tempo porque vive lutando para legalizar o aborto no Brasil, e o Presidente Lula, que fez aquela declaração infeliz. Não deveria ter feito isso, porque é um presidente, S.Exa. está acima do partidarismo – S.Exa. fez isso na política, S.Exa. não tomou só o PT como base, pegou todos os partidos que quiseram se juntar a ele, ao PT, que hoje formam uma grande base sólida. Eu sou um grande admirador de S.Exa. como Presidente, porque é aceito internacionalmente, é um homem que está fazendo uma boa gestão. Tenho de tirar o chapéu para isso. Porém, não poderia ter feito isso.

O médico que fez isso, pelo menos reconheceu sua ação. Ele foi de uma humildade! Eu ouvi seu depoimento. Ele vai continuar indo à Igreja Católica e terá a chance, se Deus quiser, de se convencer de que não é dono nem do dom que Deus lhe deu, que é o de ser médico. Aquele dom é dom de Deus. Se Deus quiser tirar a vida dele, tira em um minuto, em um segundo, abrindo uma fenda ou qualquer outra coisa.

Mas estou aqui para dizer que aqui em Brasília não pode acontecer isso. No Brasil, no mundo, não pode acontecer. Estou dizendo que a Câmara Legislativa tem 22 Deputados contra o aborto, estes assinaram a nossa Frente Parlamentar Pró-vida. E a Campanha da Fraternidade do ano passado foi nesse sentido.

Estou aqui para fazer um apelo, para que todos os que souberem de um caso desses, que acolhamos, que peçamos aos hospitais, aos médicos para acolherem aquela pessoa.

Eu tenho uma irmã que teve o seu primeiro filho, por natureza, por destino, por consequência da saúde dela, abortado. E na gestação dos outros três filhos que teve, ela teve de ficar no hospital de pernas para cima para mantê-los na barriga. Ela teve os três filhos subsequentes, todos os três perfeitos.

Então, para Deus tudo é possível, e para a Medicina também é; basta querer e dar chance para a vida. Não deram chance nenhuma para as duas crianças, nem para a mãe. Olharam para o umbigo e para uma vida e se esqueceram das duas, quando poderiam salvar as três.

Então, faço uso aqui da tribuna e não preciso defender a Igreja Católica, porque o Papa e o Bispo já saíram em defesa da vida. Nós temos de defender as crianças que já foram geradas e concebidas. Não temos direito sobre a vida!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	13

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wilson Lima.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, Líder do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de iniciar a minha fala, na medida em que não tive oportunidade de apartear o Deputado Wilson Lima, eu gostaria de produzir um comentário acerca da explanação de S.Exa., se me permite, fora do tempo dos cinco minutos. É possível, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência foi complacente com todos os Deputados. V.Exa. pode fazer uso da palavra e, caso seja necessário, podemos conceder alguns minutos. Caso contrário, V.Exa. também pode falar nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer alguns comentários sobre o que foi falado pelo Deputado Wilson Lima. Na verdade, eu gostaria de saber por que a Igreja Católica não excomungou o agressor. Por que o agressor passa incólume sob a visão dos que se dizem estar agindo em nome de Deus? Eu gostaria de saber por que parece que a menina está invisível. Não é uma moça! É uma menina! É uma criança de 9 anos de idade, que corria risco absolutamente concreto de não ficar viva.

Quando se fala em vida, eu gostaria de perguntar ao Deputado de que vida S.Exa. está falando. Da vida de uma menina de 9 anos, estuprada por seu próprio pai, padrasto? De que vida se está falando? Está se falando da intromissão da Igreja Católica no Estado, porque os médicos seguiram o que está na lei. É estupro! Portanto, cabe o aborto legal. Segundo, há risco de vida ou risco de morte da mãe? Cabe também o aborto legal. Eu gostaria de dizer que é preciso que tenhamos clareza de que o Estado é laico e que os profissionais de saúde cumpriram o que prevê a própria lei elaborada pelo Estado. Não podemos defender, em nome de uma maternidade abstrata, o risco de uma menina de 9 anos, como tantas meninas neste país que são, absolutamente, violentadas e vítimas de abuso sexual.

Eu diria que, durante toda a fala da Igreja Católica, o que percebi é como se não existisse uma menina. Como se não existisse uma menina vítima de abuso sexual! É como se não existisse um agressor que continua tendo a graça da comunhão, porque não foi excomungado! Mas os médicos e os familiares, na busca de cumprir a lei, sofreram a sanção da própria igreja.

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputada, a Igreja não excomungou essas pessoas. Mas, se por um erro, as tivesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	14

excomungado, elas estariam vivas da mesma forma, e ainda teriam a chance de reconciliar-se com Deus e o direito à comunhão, assim como todos os outros. Assim como todos os outros! Não tinha mandado matar, a Igreja nunca mandaria matar as crianças. Excomungar não é matar. A excomunhão permite que a pessoa se reconcilie com Deus e com a Igreja, voltando à comunhão. O Papa deu um exemplo, há pouco tempo, com o episódio dos bispos que não tinham reconhecido o holocausto dos judeus. Sua Santidade deu uma nova chance aos bispos. O Espírito Santo age sobre a Igreja.

Isso não é argumento para condenar o homem. Ninguém condenou o homem, a Igreja não o condenou, não mandou matá-lo. No entanto, a humanidade mandou matar as duas crianças, porque aborto é o mesmo que matar. O quinto mandamento da lei de Deus diz: "Não matar".

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Deputado, nós divergimos sobre vários aspectos, inclusive sobre o que representa realmente uma vida humana.

Eu faria um chamamento à Igreja Católica, que em tantos aspectos cumpre uma função tão importante para a sociedade, para que se unisse a nós na luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e não perseguisse aqueles que cumprem a lei para preservar uma vida. Preservar uma vida! Vida esta que terá seqüelas, sem dúvida alguma. É preciso que essa menina seja acompanhada. Quantas meninas são abusadas todos os dias neste País? Quantas meninas precisam da proteção da Igreja? Mas essa proteção não pode ser no sentido de punir o pai ou a mãe, de punir aqueles médicos que apenas cumpriram a lei.

Portanto, eu diria que, em nenhum momento, qualquer representante da Igreja falou que ali, naquela clínica, havia uma menina, uma pessoa que tem o direito de viver e de ser feliz.

Sr. Presidente, eu não me inscrevi para falar acerca disso, para falar acerca da posição fundamentalista da Igreja Católica – pergunto-me onde vamos parar desta forma. Eu me inscrevi para falar em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores em solidariedade aos professores e professoras do Distrito Federal.

Há muito tempo eu não via tamanho ataque da imprensa, como vi no final de semana. Lembro-me perfeitamente bem de que, quando houve de um Governador a promessa de 28%, 17 categorias recorreram à greve em busca de uma promessa, e a imprensa não chamou esses trabalhadores de criminosos, como chamou os professores. Chamou-os de criminosos, praticantes do crime de lesa-futuro.

Eu acho que quem está cometendo esse crime de lesa-futuro é o Governador do Distrito Federal, porque há uma lei, trazida a esta Casa pelo Governador, que diz que, na impossibilidade de conceder a isonomia dos trabalhadores, dos professores e professoras, estaria concedendo historicamente essa isonomia. Portanto, crime de lesa-futuro está cometendo o Governador do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	15

Eu gostaria de saber por que na imprensa não se disse que o salário de um professor no final de carreira, com 40 horas, é menor do que o salário inicial de um agente de polícia. Gostaria que ali se dissesse também que o Governo do Distrito Federal aumentou sua contribuição com receitas próprias porque foi obrigado a implementar 25% de suas próprias receitas na Educação, o que não fazia anteriormente. Gostaria que a imprensa não tivesse as tintas obscuras do fascismo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, vou conceder mais um minuto para que V.Exa. conclua a sua fala, pois é injusto que exceda o tempo. Ainda há vários parlamentares que não fizeram uso da palavra.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Gostaria que a imprensa tivesse dado o direito ao contraponto dos professores, que a matéria não tivesse apenas um lado, porque nunca uma verdade tem apenas um lado.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que a preocupação que o Governo tem com obras não é a mesma que tem com a Educação, porque os R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) que recebeu do Noroeste, conforme disse o Secretário de Planejamento, seriam destinados à manutenção dos investimentos em obras. E esses mesmos R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que faltariam na receita, segundo cálculo falacioso e mentiroso, impediriam a concessão do reajuste aos professores.

O Governador Arruda, sem nenhuma dúvida, comete um crime de lesa-futuro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre um fato que chegou ao meu conhecimento a respeito de um tema que esta Casa há de ter ouvidos que atentem para gravames como este.

Deputado Benício Tavares, fiquei extremamente decepcionado com o Secretário de Educação, Prof. Dr. José Luiz da Silva Valente. Chegou ao meu conhecimento, Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, circular subscrita por S.Exa., o Sr. Secretário, intitulada: Nota de Esclarecimento aos dirigentes, professores, funcionários, técnicos administrativos, alunos e demais membros da comunidade usuária das instituições educacionais integrantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, datada de 5 de março de 2009. Na realidade, permita-me, fazendo ameaças graves àqueles trabalhadores e trabalhadoras da educação que aderissem, que participassem do ato público, político de amanhã.

Sr. Presidente, para V.Exa. ter idéia, são 4 os itens de advertência nessa circular. Uma delas diz que, além da obrigatória e compulsória suspensão do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	16

pagamento da remuneração correspondente aos períodos, por menores que sejam, em que ocorrerem as ausências – referindo-se aos servidores da Educação, aos trabalhadores e trabalhadoras –, estas também serão consideradas para todos os demais efeitos no currículo funcional do servidor, inclusive disciplinares.

Sr. Presidente, faço o registro com o nosso protesto, porque esta Casa precisa tomar alguma providência. Isso parece próprio de regimes autoritários, que não admitem a reivindicação política prevista na Carta Maior, prevista na Lei Orgânica e na praxe dos debates trabalhistas.

Quero deixar a circular com V.Exa. Gostaria que ela e o meu registro fossem anexados à ata de hoje, pois este ato me deixou profundamente decepcionado com o Governo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, além de juntar o registro à ata de hoje, vou encaminhar a circular à Comissão de Educação e Saúde para que a Mesa possa tomar as medidas cabíveis.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo que o pessoal está um pouco bravo, um pouco nervoso com essa questão.

Eu queria apenas registrar que compete a um dirigente – com todo o respeito à Deputada Erika Kokay. Sempre que há referência ao nosso Governador, ela diz que o Governador comete um crime, e outras coisas. O Governador está aberto ao diálogo. É importante que fique registrado isso. Solicite uma audiência com o Governador e converse direito com S.Exa. Agora, taxar que ele comete crimes é brincadeira.

O Deputado Chico Leite falou que o Secretário Valente enviou uma carta de alerta aos professores, dizendo que ele cumpriria aquilo que, como Secretário, deveria ser feito. Se está errado ou não, compete ao Governo decidir.

Respeitei o pronunciamento do Deputado Chico Leite. Aliás, um *gentleman*. Sempre. E sempre respeitei a fala de S.Exa. Portanto, acho que o Secretário Valente tem todo o direito de avisar sobre as medidas que estão estipulando, o que irá ser feito. Assim, ele enviou uma carta dizendo que iria cortar o ponto. Um patrão faz a mesma coisa. “Se faltarem amanhã ao trabalho, cortarei o ponto de vocês”. Se o Secretário está fazendo isso, não vejo nada de anormal, pois ele está avisando: “Vou cortar o ponto”. A briga pode ocorrer depois. Antes, precisa haver o diálogo. Agora, virem acusar, ameaçar...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	17

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Geraldo Naves, a Mesa já acatou a cópia do documento que constará em ata e será encaminhado à Comissão de Educação e Saúde, para que tomem as providências cabíveis.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu gostaria que registrassem o meu protesto em contrário. E gostaria de registrar também, nessa Mesa muito bem presidida por V.Exa. no dia de hoje, que respeito todos os Deputados quando eles se pronunciam. Respeito e continuarei respeitando. Assim, peço ao nobre Deputado Chico Leite que, quando eu estiver, ou qualquer outro Deputado, fazendo uso da palavra, não se manifeste às costas, pois isso é horrível e não faz parte da conduta tão brilhante de S.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa., mas peço para ir direto ao assunto, pois o Deputado Batista das Cooperativas encontra-se na tribuna para fazer uso da palavra como Líder de Governo.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente. Eu gostaria de pedir minhas escusas ao Deputado Geraldo Naves por, no calor do debate, ter feito a intervenção.

Registro que de duas, uma: ou era de lei e não precisaria haver a correspondência, ou ela está realmente em tom de ameaça, o que é lamentável e próprio de regimes autoritários.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Cabo Patrício; nobre Líder do Governo, Deputada Eurides Brito; Líder da bancada da Oposição, Deputada Erika Kokay; Deputado Wilson Lima; demais Parlamentares; amigos da galeria; imprensa, enfim, todos que aqui nos brindam com suas presenças, mais uma vez faço uso desta tribuna para falar de habitação, falar de moradia digna, falar de qualidade de vida. O País hoje discute uma pauta, uma agenda positiva na área da Habitação: um milhão de moradias! Vou repetir: o Governo Federal tem buscado o compromisso de entregar um milhão de moradias populares nos próximos dois anos. Viva o Governo Federal!

Peço, Deputado Chico Leite, a V.Exa., que tem uma ação de coordenação legítima e oportuna junto ao Partido dos Trabalhadores, que ajudemos, aqui em Brasília, o Governo Federal. Que possamos viabilizar a entrega de muitas moradias no Plano Nacional de Habitação Popular, o chamado PAC da moradia, PAC da habitação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	18

Como podemos fazer isso? Votando a redação final do PDOT, dando celeridade à votação final do PDOT, proposição que nos possibilita entregar várias áreas habitacionais, além de regularizar os condomínios ou ser agente de contribuição da regularização dos condomínios. Essa proposição busca entregar a expansão do Paranoá, que representa uma luta de vida. Há 28 anos, luta-se para entregar aquele setor que, hoje, o PDOT aprovou. Há também o Setor Mangueiral, o Bairro Indaiá, o Crixás, o Bairro Nacional, o Setor Jóquei Clube, a extensão do Itapoã, o Setor Habitacional Catetinho. Com muita propriedade, o Governador Arruda sugeriu o Catetinho como área para se construir a habitação popular para o Governo Federal, e houve uma simpatia imensa do Presidente Lula. Fico muito satisfeito com esse aceite do Presidente Lula, com essa sensibilidade.

Ainda ontem, o Governador Arruda, vários outros governadores e o Vice-Governador discutiram essa agenda positiva na habitação. A Câmara Legislativa deu a sua contribuição e aprovou o PDOT. O Governo do Distrito Federal acabou com a cultura da invasão. Não existe um único condomínio criado neste Governo. Invadiram hoje; depois de amanhã, remove-se a invasão. Mas não dá para dizer ao morador de fundo de quintal, à pessoa que não tem habitação que não há mais setores. Tem de haver. Temos de possibilitar que a família de baixa renda, a pessoa humilde tenha a sua habitação.

Venho a esta tribuna pedir que, o mais rápido possível...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Batista das Cooperativas, concederei mais um minuto a V.Exa., para que seja concedido um aparte ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Espero que possamos, o mais rápido possível, começar uma política habitacional efetiva no Distrito Federal, uma política que possa contemplar as pessoas que estão em cooperativas e associações habitacionais sérias, verdadeiras, que foram grande instrumento de desmonte de invasão no Distrito Federal. É importante dizer isso.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Batista das Cooperativas, concordo em gênero, número e grau com tudo o que V.Exa. diz, mas eu gostaria de fazer uma pergunta. Perguntar não ofende. Às vezes, tiramos algumas conclusões. Vossa Excelência falou com muita ênfase, no início do seu pronunciamento, que o Governo Federal vai lançar um milhão de moradias.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Reproduzi a voz do Presidente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Um milhão de moradias. Fico um pouco preocupado. Não duvido e espero que realmente isso aconteça, mas, como estamos caminhando para uma campanha eleitoral, fico com medo de esse um milhão se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	19

transformar em uma pamonha eleitoral em breve. Vamos torcer para que isso não aconteça. Vamos cuidar realmente do nosso PDOT!

Muito obrigado.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Agradeço ao Deputado Geraldo Naves as contribuições.

Para finalizar, como uma prova de compromisso do Governo do Distrito Federal, no dia 6 de março, sexta-feira passada, o Governo Federal – leia-se Gerência Regional de Patrimônio da União –, o IBAMA, o Governo do Distrito Federal, as cooperativas e associações habitacionais e a Coalizão pela Moradia Popular assinamos um Termo de Ajuste de Conduta para que nos próximos 5 dias, ou seja, na próxima quinta-feira, possamos receber a licença prévia para imediatamente buscarmos a licença de instalação para começarmos a construção das 5.089 moradias na área do Riacho Fundo II. O PAC da Habitação, o Plano Nacional de Habitação Popular no Distrito Federal está lançado no Riacho Fundo II.

O Governo do Distrito Federal deu a sua contribuição, mas é importante que o Legislativo, o Judiciário e o Executivo trabalhem em uma linha reta. Muito me entristece e muito me preocupa quando o Ministério Público questiona ambientalmente a 3ª etapa do Riacho Fundo II. Eu conheço a área e sei que não há nenhuma dificuldade ambiental. O debate não é esse e sim, outro: há ricos que moram no Park Way que têm medo de que pobres possam morar perto deles. Sr. Presidente, o debate é esse.

Sr. Presidente, termino a minha fala conclamando o Legislativo, o Executivo e o Judiciário no sentido de que entremos no Plano Nacional de Habitação Popular construindo as nossas 80 mil moradias populares. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está encerrado o período destinado aos Comunicados de Líderes.

Passe-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recentemente estive aqui falando sobre a questão dos quiosques. Falei a respeito do aumento da taxa que estava sendo cobrada dos quiosqueiros. E aí, algumas pessoas, alguns *blogs*, me colocaram como rebelde. Não há rebeldia alguma, porque havíamos feito uma emenda, juntamente com o Deputado Rogério Ulysses, para que houvesse uma remissão desses débitos.

E, neste momento, gostaria de parabenizar o Governador Arruda, que nos chamou para conversar junto com o José Humberto e ficou acertado que no período



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	20

de 16 meses, não haverá aumento algum das taxas dos quiosqueiros. Portanto, quero agradecer ao Governo porque não havia como essas pessoas pagarem essa taxa.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência solicita a todos os Deputados presentes neste plenário que não se ausentem, pois temos que aprovar um requerimento de Comissão Geral de lançamento da Campanha da Fraternidade marcada para a próxima quinta-feira. Precisamos dos votos de V.Exas.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante da urgência da aprovação da Comissão Geral de grande importância, como já citado por V.Exa., a solicitação é que falasse o Líder, Deputado Rogério Ulysses e que, ao encerramento, pudéssemos apreciar somente esse requerimento, uma vez que a sessão solene será depois de amanhã, e voltaríamos para os Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência sugere um Grande Expediente, com cinco minutos para cada Parlamentar.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, tanto eu como o Deputado Benício Tavares, o Deputado Milton Barbosa e outros queremos fazer uso da palavra, diante da complexidade da nossa conjuntura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência indaga os nobres Parlamentares se há algum inconveniente em encerrarmos os Comunicados de Parlamentares para aprovarmos a matéria; em seguida, iniciamos o Grande Expediente e todos falam por cinco minutos. (Pausa)

(Intervenção fora do microfone.)

Nesse caso, alguns Deputados podem sair e não conseguiremos o *quorum* para votação.

(Intervenção fora do microfone.)

Eu sei, os oradores ficam transferidos. Fica a mesma coisa!

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu vejo o Deputado Milton Barbosa e os colegas interessados em fazer uso da palavra, portanto serei bem objetivo na minha fala.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	21

Usando o termo que o Deputado Paulo Tadeu acabou de falar, “a complexidade da conjuntura”, foi exatamente isso que me fez fazer uso da palavra. Eu acho que na política temos que tomar posicionamento, e temos que deixar os nossos posicionamentos claros para que eles não gerem, lá na frente, algum tipo de desconfiança ou algum tipo de desentendimento. Então, a minha vinda à tribuna, hoje, é para deixar claro um posicionamento, Deputado Batista das Cooperativas.

Eu optei, no início do meu mandato, em auxiliar esse Governo, em especial pela minha condição regional, pela minha base, a cidade de São Sebastião. E não me arrependo disso. Tive, inclusive, enfrentamento no meu partido, PSB, por ter tomado essa posição. Assumi e venho até hoje conduzindo o meu mandato nessa linha. Em determinados momentos nós temos divergências, inclusive com o Governo. E neste momento, eu queria deixar claro que, quando se fala num embate com professores, a categoria da qual sou oriundo – treze anos dentro de uma sala de aula, dando aula –, eu não posso concordar com os argumentos utilizados pelo Governo nesse momento.

O argumento da crise, por si só, pode justificar uma série de contenções do Governo, uma série de ações no sentido de melhorar a sua economia, exige até dos governos um pouco mais de criatividade e ousadia, para que a crise seja uma oportunidade de crescimento. Mas a crise não pode ser o argumento para pegar uma lei, enviada pelo Executivo, amplamente discutida por todos os Parlamentares desta Casa, e agora essa lei passar a não valer mais.

É estranho ver essa atuação do Ministério Público, com todo o respeito que tenho por aquela instituição, e me causa estranhamento a coincidência: o Governo questionar as suas contas, a dificuldade de honrar os compromissos com os professores e, coincidentemente, acontecer um questionamento também no ambiente jurídico, no Ministério Público. Aqui no Legislativo não pode ocorrer esse questionamento! Nós temos que lutar para que a lei seja cumprida. Pagar professor não é simplesmente aumentar gastos com custeio. Melhorar a condição salarial dos professores do Distrito Federal é investir na qualidade de vida e na melhoria da vida da população do Distrito Federal!

Então, eu quero deixar claro, nesta tribuna, que nesse ponto específico, o Governo não conta com o meu apoio. Eu estarei amanhã perfilado, ao lado dos professores, no ato em frente ao Buritinga, cobrando o cumprimento, pelo Governo do Distrito Federal, da Lei nº 4.075, de 28 de dezembro de 2007.

Acho muito ruim o tom que já se vem dando a esse debate, Deputada Eurides Brito, antes mesmo de qualquer movimento da categoria. Já se fala em corte de ponto de um lado, já se fala em greve do outro. Esse radicalismo é ruim para os 2 lados. É ruim para o Governo, é ruim para os professores e é muito pior para a população do Distrito Federal. Quero lembrar o problema que tivemos com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	22

DETRAN. Aquele enfrentamento com o DETRAN foi feito de forma infeliz. O radicalismo não leva ao entendimento.

Quero, então, deixar claro o meu posicionamento. Espero que todos os Parlamentares desta Casa, independentemente de serem da base de Governo, entendam que este é um momento ímpar. Não existe no contracheque de um professor nenhuma gratificação que não tenha sido fruto de luta, de embate duro. Todas as gratificações foram conquistadas num ambiente de enfrentamento.

Esta é a oportunidade de nós utilizarmos o Fundo Constitucional não para indexar, mas para fazer justiça com profissionais tão importantes para a nossa sociedade. Concluo deixando clara aqui a minha posição, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nós estamos no limite do *quorum*. Esta Presidência quer colocar em discussão, novamente, a proposta de votar apenas o Requerimento, para depois retornarmos à discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Todos vão falar a mesma coisa. Deputado, a sessão será depois de amanhã.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sei. Esta Presidência está colocando isso em discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estamos a par. Está marcado. Foi protocolado bem antes, e nós não pudemos votar. A sessão será na próxima quinta-feira, e nós temos que tomar providências.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Rogério Ulysses tem que sair.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem, não vou discutir, Sr. Deputado. A consulta foi feita. V.Exa. discorda, e eu não vou, de maneira alguma, ir contra V.Exa., porque, afinal de contas, estou no exercício da Presidência da sessão.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reforço aqui as intervenções da Deputada Erika Kokay e do Deputado Rogério Ulysses no que se refere à situação da educação pública no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	23

Distrito Federal. E começo trazendo um conjunto de informações a este Plenário, porque a quantidade de informações que estão sendo divulgadas para a sociedade não condizem com o que de fato está acontecendo no Distrito Federal.

Eu queria lembrar alguns episódios, começando pelo início do Governo Arruda, quando S.Exa. anunciou para a sociedade que existia um rombo deixado pelo Governo Abadia/Roriz da ordem de 400 milhões de reais. Esse valor variou um pouco: ora eram 400, ora 300, ora 600. Enfim, o próprio Secretário de Governo, José Humberto, desta tribuna, reafirmou o rombo que o Governo Abadia/Roriz tinha deixado no Distrito Federal. Com esse argumento, dizia o Governador, naquela época, que não poderia conceder reajuste para os servidores. Nunca foi comprovado qualquer tipo de rombo nas contas do GDF, tanto é que a equipe econômica do atual Governo, portanto do Governador Arruda, é a mesma equipe econômica do governo passado, Abadia/Roriz.

Depois, o Governador Arruda anunciou que o Governo ia chegar ao final do ano passado com um percentual de gasto com pessoal acima dos 49% definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – todos os jornais de Brasília divulgaram essa informação – e que, diante daquilo, o Governo suspenderia o reajuste dos servidores e tomaria uma série de medidas no sentido de controlar esses índices. Chegou o final do ano. O Governo gastou 42% da receita corrente líquida com pessoal. Portanto, bem abaixo do previsto.

Este ano, a partir da crise mundial, a crise do capitalismo, a crise do neoliberalismo, que o próprio Governador e, é claro, o seu partido sempre defenderam – é bom que se diga isso –, essa crise que eles criaram, mais uma vez, o Governador diz que não poderá conceder reajuste aos servidores do GDF porque – anuncia S.Exa. – a arrecadação do mês de janeiro teve um decréscimo da ordem de 6,8%. Entretanto, os mesmos dados divulgados pelo Governo provam exatamente o inverso do que disse José Roberto Arruda, do que disseram seus secretários e do que divulgou a imprensa: a arrecadação do mês de janeiro em crise foi melhor do que a arrecadação do mês de janeiro que não teve crise. O aumento foi de 11%!

O Governo continua a insistir que vai diminuir a arrecadação, mas não diz que vai começar a arrecadar o IPTU e o IPVA a partir do mês de março; que nós aprovamos, nesta Casa, a prorrogação do pagamento do ICMS dos produtos de dezembro para agora, no mês de fevereiro. O Governo não diz para a sociedade que tem 1 bilhão e 600 milhões de reais guardados no sistema financeiro. Um bilhão e seiscentos milhões de reais, enquanto faltam inclusive medicamento e equipamento no Hospital de Sobradinho, Deputado Raad Massouh. Enquanto falta medicamento, enquanto falta equipamento em Sobradinho, o Governo tem 1 bilhão e 600 milhões de reais guardados em caixa.

E agora procura, como foi bem dito aqui, criminalizar a função do educador. Mais do que preservar é criminalizar. Eu não vou nem entrar nessa lógica da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	24

criminalização do MST; lá na frente, outro dia, eu trato dessa questão. Mas quero falar aqui dos professores. É um absurdo! Esta Casa aprovou uma lei! Esta Casa aprovou uma lei cujo artigo que garantiu um aumento para esses servidores da Educação foi encaminhado pelo próprio Governador.

É interessante porque percebemos hoje que a imprensa vem divulgando todas as informações do Governo – todas –, mas não procura ouvir o outro lado. Não procura ouvir exatamente o profissional que está à frente dos alunos, educando-os a cada dia, apesar de todas as dificuldades. Então, quero prestar toda a solidariedade aos professores e me somar a eles neste momento.

O Governo Arruda tem que cumprir a sua promessa, a lei aprovada por esta Casa, porque ela não foi feita por nós, foi feita por S.Exa. ou pelos seus secretários, mas foi aprovada por esta Casa e sancionada por S.Exa., que tem de cumpri-la. Portanto, quero dizer que é fundamental que cada Parlamentar procure conhecer os dados econômicos do Distrito Federal. Os dados econômicos que estão inclusive lá, nas páginas da Secretaria de Fazenda, porque todos os Parlamentares aqui têm acesso à execução orçamentária do GDF.

Se todos se dispuserem a ir pesquisar, verão que o Governo tem um bilhão e seiscentos milhões de reais em caixa; que a arrecadação do mês de janeiro foi maior do que de janeiro passado; que a arrecadação de fevereiro está sendo maior do que a arrecadação do mês de fevereiro passado; que os índices econômicos do Distrito Federal estão melhores do que os índices econômicos do ano passado.

Eu quero terminar defendendo a derrubada do veto do Governador Arruda ao aumento dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal. É um absurdo o que eu estou ouvindo, depois de todo o enfrentamento que foi feito por esta Casa no sentido de, inclusive, enquadrar o Poder Legislativo na Lei de Responsabilidade Fiscal, e depois de todas as discussões que fizemos com o próprio Governador em Águas Claras com relação àquilo que nós garantimos. O Deputado Wilson Lima estava lá, inclusive. Foi a partir da ação da Câmara Legislativa do Distrito Federal que ele conseguiu, inclusive, empréstimos internacionais.

E nós esperávamos que ele sancionasse o projeto que garante a reposição das perdas salariais dos servidores da Câmara. Aí ele foi lá e vetou porque existia todo um ambiente político, por parte da imprensa, inclusive de algumas pessoas no Distrito Federal e aqui, no Poder Legislativo. Mas eu quero defender esta Casa. Até para mostrar como é uma Casa realmente independente, que não se enverga a outros interesses que não sejam interesses do Poder Legislativo, esta Casa tem de derrubar o veto.

Eu quero defender que os Deputados derrubem o veto e garantam o reajuste para todos os servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sejam eles concursados, sejam eles comissionados.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me justificar. Vou ter de me retirar. Estou indo ao cemitério Campo da Esperança para o sepultamento do filho do Presidente do PSB.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Rogério Ulysses, eu queria que V.Exa. transmitisse uma mensagem de solidariedade – creio que seja – do conjunto de Parlamentares. Falo neste momento em nome dos Parlamentares do PT.

O Presidente do PSB perdeu o filho e nós nos sentimos extremamente irmanados na dor que ele está sentindo. Diga ao Marcos – o chamamos de Marcão – que ele não se sinta só, pois conta com a solidariedade da bancada do Partido dos Trabalhadores. Na impossibilidade de irmos ao sepultamento, eu gostaria que V.Exa. transmitisse, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, nossas mensagens de solidariedade e de pesar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – No exercício da Presidência, faço das palavras da Deputada Erika Kokay as minhas palavras. V.Exa. leve as condolências de todos os Deputados desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na minha fala inicial nos Comunicados de Líderes, usufruindo da boa vontade do Deputado Cristiano Araújo, eu me reporte a uma situação relativa à reunião da Mesa Diretora hoje.

Disse o que eu tinha de dizer, na maneira que mereciam, a omissão, mas agora eu retorno à tribuna para me referir, Sr. Presidente – V.Exa. é da Mesa Diretora – ao seguinte: quando assumimos, uma grande relação de situações foi levantada e nós nos propusemos a modificá-las.

Não sei se neste caso, mas ouvi bem que, em legislações anteriores, circulava um jornalzinho da Casa, chamado jornalzinho porque era pequeno no tamanho, mas grande no conteúdo, ainda que o conteúdo não seja de agrado de servidores e Parlamentares. E me parece que era o jornalzinho da Casa – uso o termo porque todo mundo usou, dito pelo Presidente. Esta mudança resultou no que está circulando aí – se não for, me perdoe – chamado de Extrapauta. Esse jornal foi editado e não passou – não sei se deveria passar – pelo crivo da Mesa Diretora, ao menos o Presidente deveria tomar conhecimento, ou seu Secretário-Geral. Deparamos hoje com o Extrapauta, produzido com as melhores intenções, mas de uma infelicidade descomunal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	26

Quando eu disse, em termos de Comunicação Social, que nós estamos “pisando no mesmo lugar da Mesa anterior”, eu venho reafirmar isso aqui. Trata-se, pelo menos no meu sentir – li e entendi, e os outros entenderam também, pelo menos na edição inicial – que se prestou à propaganda pessoal de alguns. Ele não foi, acredito, editado para isto, não: fazer propaganda pessoal de quem quer que seja, quer seja da Mesa Diretora ou de qualquer Deputado. Deveria, no mínimo, conter, no cantinho dele, a relação dos Deputados, e não consta. Ignorou isso solenemente.

Traz aqui algumas notas, uma das quais jocosa contra uma Deputada nossa. Ora, se nós vamos permitir que um jornal da Casa circule com grosserias, com chacotas contra servidores e contra Deputados, nós estamos perdidos. É preciso virar às avessas essa Comunicação Social.

Na gestão anterior, sequer davam bom-dia para a gente. Recebi um bom-dia do Zé Carlos assim que assumi. Mas a coisa continua muito pior, piorou. Jornal da Casa cometendo indelicadezas e contendo notas jocosas contra servidores e Deputados, o que é isso? Isso não é coisa para circular aqui, na Casa.

Ouçam os talentos da Câmara Legislativa, servidores. Há pessoas de grande importância na Casa, cultas, formadas. Ouçam essas pessoas! Façam um trabalho de divulgação da Casa, não de pessoas! Não caiam na grosseria, na rasteira de criticar os outros, num jornal de circulação da Casa, que não é para isso, não. Se alguém tiver alguma coisa contra Deputado ou contra servidor, que formule uma representação, na esfera de cada um. Mas a Mesa Diretora deixar um “trem” desses circular, estamos perdidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Líder do PR nesta Casa, Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – O Deputado Leonardo Prudente pediu-me que fizesse um requerimento para incluir, na Ordem do Dia, o Requerimento nº 1.411, de 2009, de uma audiência pública para o dia 16 de março de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Qual o número do requerimento?

DEPUTADO BISPO RENATO – Requerimento nº 1.411, de 2009, extrapauta. E também o item 24, que já está na pauta, referente ao PDL nº 244, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo na pauta da Ordem do Dia de hoje. Solicito à Mesa que providencie a matéria para que, no momento certo, possamos apreciá-la.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	27

Ainda nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje tive a oportunidade de ver estampado em todos os jornais americanos, um garoto de 13 anos que dá palestras nos Estados Unidos sobre os políticos do mundo inteiro. Fala com desenvoltura e, para quem quiser ver e acompanhar, a matéria encontra-se nos *sites* americanos.

Esse menino fala com propriedade de alguns assuntos. Precisamos resgatar algumas coisas. Eu até ia abrir mão do pronunciamento de Parlamentar, atendendo a uma solicitação do Deputado Wilson Lima, e vou ser breve. Resolvi fazê-lo por uma razão simples. Toda vez que se fala – eu fico com certo receio – que temos de acompanhar as contas do GDF, que está à disposição, não sei o quê, levanta papel e diz assim, temos, nós temos que acompanhar. Mas o medo que eu tenho é de que aconteça um novo erro, que eles coloquem em um panfleto e saiam divulgando por aí.

E acontecem os erros primários, como em pronunciamento que aconteceu aqui. O que tem a ver uma coisa com a outra? O Governo disse que houve um rombo ou não sei o quê. O Secretário de Governo é o Valdivino, o mesmo da gestão do Governador Roriz que hoje é o Administrador da Fazenda. A seriedade da administração do Valdivino é indiscutível. Trabalha muito bem, sempre atendeu esta Casa e sempre a atende. Ele deu uma entrevista no *Bom Dia DF*, na qual disse que a palavra rombo não é apropriada nesses casos, e sim *deficit*.

Então, é importante estarmos atentos, porque a gente acusa, e quando fala rombo, roubo, fala com uma propriedade, uma coisa incrível! Mas não precisamos ir tão longe. Vamos ao Governo do PT, que aconteceu aqui. Na área de Segurança Pública, não havia um papel para registrar uma ocorrência. O cidadão entrava na delegacia, na época do Coronel Dirnei que está aqui, que estava na ativa e foi Chefe do Estado-Maior, e não tinha papel para fazer ocorrência, não tinha caneta para registrar ocorrência. O Deputado Benedito Domingos, que está aqui, é testemunha disso quando assumiu como Vice-Governador, e se lembra perfeitamente do que havia nas Delegacias e na Polícia do Distrito Federal. Um caos na área de Segurança Pública. E para recuperar isso levam-se anos. Até hoje não conseguiram nem recuperar o salário da Segurança Pública, no caso Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal. Aos pouquinhos estão tentando recuperar, mas é muito difícil.

Então, nós precisamos estar atentos para determinadas coisas que se dizem aqui, Deputado Raad Massouh, que ouvimos e ficamos calados.

Deixo bem claro o que eu disse aqui e o que o Deputado Batista das Cooperativas estava dizendo: que vem aí um milhão de moradias prometidas hoje pelo Presidente Lula. Um milhão. Está me soando como mantra: um milhão, não,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	28

nhão. Eu fico preocupado se esse milhão não é um milho grande que vai se transformar em uma pamonha eleitoral em 2010. Essa é a minha preocupação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, abri as páginas do jornal neste final de semana e me senti pessoalmente agredida porque venho – a minha trajetória – de 33 anos de luta. Um verdadeiro mergulho que fiz no enfrentamento à ditadura militar. Eu diria que há 33 anos utilizei um escafandro e mergulhei na luta contra a ditadura militar. E o que vi estampado nas páginas dos jornais me lembrou de um tempo que eu queria que já tivesse sido superado, mas que, via de regra, surgem aspectos dele ao se dizer que professores, no legítimo direito de greve, legítimo, legal desde a Constituição de 1988, comete um crime de lesa-cultura.

Naquela matéria ou nas diversas matérias, em nenhum momento se disse que crime comete um governador ao desrespeitar uma lei. Existe uma lei. Se a gente não mais se pauta nos parâmetros da legalidade, em um governo que se diz detentor da legalidade, nós vamos estar abaixo do marco civilizatório e vamos mergulhar não no enfrentamento a todas as formas de ditadura, mas mergulhar para estimular uma ditadura midiática.

Não se podem enfrentar educadores e educadoras como se não tivessem importância, porque são fundamentais. São fundamentais. Tem razão Paulo Freire ao dizer que “se a Educação não resolve tudo, sem ela não resolvemos nada”.

Não se podem manusear os dados ao bel prazer e não se pode ao mesmo tempo criar ficticiamente uma defasagem de quinhentos milhões que não se tem como medir quando o Governo tem mais de um bilhão em caixa aplicado. É como se eu tivesse uma gorda poupança e dissesse: “Infelizmente meus filhos estão sem Educação. Infelizmente meus filhos não têm Saúde, mas eu tenho uma gorda poupança!”. Enfrentar educadores dessa forma atinge a cada um e a cada uma de nós que ainda teimamos em construir uma democracia e uma educação que oportunize igualdade de condições a todos que aqui nascem.

Além disso, vamos ver os álibis utilizados para impedir a contratação. Porque hoje houve uma manifestação de agentes penitenciários exigindo a contratação mais do que legítima. É legítima essa contratação de novos concursados. A ineficiência de quantidade de agentes dentro do sistema prisional provoca uma série de violações de direito e faz com que os profissionais trabalhem em um sistema de pressão e tensão permanente, com sensação de risco iminente, a mesma sensação que têm aqueles portadores de síndrome de pânico. Nós também não podemos olhar e calar o fato de que o Governo do Distrito Federal não está trabalhando na perspectiva de elevar o seu nível de arrecadação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	29

O Secretário Tacca e o Secretário Medina fizeram o compromisso de criar um sistema de informatização para a Secretaria e de contratar 300 auditores tributários, para que pudéssemos elevar a nossa arrecadação. Nós arrecadamos aqui no Distrito Federal por volta de 4 bilhões com o ICMS. Há um estudo feito em São Paulo de que a sonegação do imposto oriundo do setor varejista chega a 60%. Do setor varejista, a sociedade tem 2 bilhões de impostos, e 60% deles são sonegados, segundo estudos elaborados. Se nós tivéssemos um incremento da máquina para termos um bom sistema de informatização e mais auditores tributários e recuperássemos 25% desse valor, teríamos um acréscimo de receita de 750 mil reais. O Governo não se empenha, porque, quando houve o retorno do Secretário Valdivino, esse sistema foi paralisado e as pessoas que deveriam ser servidores concursados foram substituídas, algumas, por funcionários da antiga Linknet e da Adler, sobre as quais não preciso tecer maiores comentários.

Esta Casa aprovou uma lei no ano passado que determina que as operadoras de cartão de crédito devem encaminhar para a receita do DF todos os comprovantes, para eliminar a sonegação. Essa lei é fundamental, na medida em que o cartão de crédito tem se tornado comum para a aquisição de mercadorias, mas ela não está efetivamente implementada, porque não há um sistema de informatização.

Culpar os professores é absolutamente antipedagógico, mas mais antipedagógico do que isso é um governador que mente para o povo do Distrito Federal, porque mentir para educadores e educadoras, utilizar toda sorte de artimanhas para não cumprir uma lei significa mentir para nossos meninos e meninas. Portanto, esta Casa, em defesa do plano que aprovou, em defesa da lei que estabeleceu todas essas condições, deveria se posicionar dizendo: respeitem os educadores e educadoras desta cidade e não ousem duvidar da sua capacidade de organização e da sua capacidade de luta. Quem ousou foi punido nas urnas e pela história.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 42, de 12/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 14ª Sessão Ordinária.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero justificar que, nos Comunicados de Líderes, não fiz uso da palavra para atender a uma solicitação do Vice-Líder, com quem divido o horário e a atribuição de liderança nesta Casa, para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	30

que S.Exa. pudesse fazer seu pronunciamento, que era um pronunciamento de todos nós, a respeito de política habitacional. Então, o Deputado Batista das Cooperativas me fez essa solicitação, que atendi prontamente, e eu falaria nos Comunicados de Parlamentar, o que agora faço.

Em primeiro lugar, Deputada Jaqueline Roriz, eu queria me solidarizar com V.Exa. Não acredito que liberdade de pensamento, liberdade de imprensa seja ataque pessoal a um problema absolutamente pessoal, a uma decisão individual que nada tem a ver com a vida parlamentar, com a vida desta Casa. Então, todos nós nos sentimos afetados pela forma como V.Exa. foi tratada por um jornal que, ainda que não seja órgão oficial da Casa, é editado com recursos da Casa, porque é rodado na sua gráfica. Então, conte, com certeza, com a minha solidariedade e – quero crer – com a de todos os seus colegas que têm assento nesta Casa. Sentimo-nos todos atingidos, não apenas V.Exa.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que, vez por outra, ainda surgem interrogações a respeito de emendas ou questões que não teriam sido incluídas na redação final do PDOT, que deve vir a este plenário em breve, espero. Poderia ser nesta semana, mas como teremos mais uma sessão especial, provavelmente será no início da próxima semana. Não há como, não há a menor possibilidade de uma emenda votada na Casa não constar do relatório da redação final. Não há a menor possibilidade, não há.

A estratégia do trabalho foi: o serviço taquigráfico, o serviço de gravação e mais a correção com o grupo técnico. Não há como passar alguma coisa. Pelo contrário, quando se viu uma só palavra pulada, um verbo não dito, que constava na gravação mas não na nota taquigráfica ou vice-versa, logo se fez o confronto. Sei que uma importante amiga, uma líder comunitária veio aqui, hoje à tarde, trazer a sua inquietude a respeito disso. Assim que tivermos a chance, vamos atendê-la e dizer que não há essa possibilidade. Provavelmente, quem prometeu apresentar a emenda não o fez. Não há essa possibilidade mesmo, não existe. A redação final não acrescenta nem tira nada do que foi aprovado na sessão em que se aprovou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Meu pronunciamento hoje é ainda preliminar. Quero dizer que todos nós, não apenas o Deputado A, B ou C, estamos neste momento muito solidários aos servidores em geral e, de uma forma especial, aos servidores da área da educação, classe pela qual tenho realmente o maior respeito, em função da anunciada suspensão – do verbo “suspender” e não “abolir” – temporária, uma vez que é suspensão, de aumento salarial. Aqui não foi dita uma coisa extremamente importante. O que o Governo do Distrito Federal faz é exatamente em função de a crise ter tomado esse tamanho, essa dimensão, que antes não se pensava que acontecesse no Brasil, pelas palavras das próprias autoridades, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	31

Hoje, essas mesmas autoridades federais, públicas, privadas, consultores, especialistas na área de economia – é só ver os jornais e fazer uma análise do noticiário da mídia nas últimas três semanas para termos a convicção de que as nuvens azuis que nos garantiam foram se acinzentando e hoje já estamos vislumbrando, já estamos vendo e não mais antevendo as nuvens negras.

O que fez muito bem um governante com responsabilidade de governar? Refiro-me ao Presidente Lula. O que S.Exa. fez como um governante responsável? De imediato, S.Exa. enviou ao Congresso Nacional uma medida provisória suspendendo – o verbo é suspender – todos os aumentos salariais, mesmo os aumentos que já tivessem sido acordados ou votados, amarrados em acordo ou em legislação anterior, até que passasse por este furacão, por este *tsunami* financeiro que está afetando a economia mundial. Essa medida provisória foi transformada em lei recentemente.

Eu sou servidora federal. Residem em Brasília milhares, milhões de servidores federais em todas as categorias: de professores, de médicos e de várias outras. Eu sou professora da área federal e todos nós estamos com nossos aumentos suspensos por legislação federal. Isso para o Governo Federal.

Todos nós sabemos da dependência econômica, da dependência financeira do Governo do Distrito Federal nas áreas de Segurança, Saúde e Educação. Todos sabemos da dependência que temos do Governo Federal. Todos nós sabemos disso.

O Fundo Constitucional, criado no apagar das luzes do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi bom, mas não foi uma novidade para o Distrito Federal. Apenas regulamentou ou legalizou o que vinha acontecendo com as transferências, desde a inauguração de Brasília, para a área da Educação, para a área da Saúde e para a área da Segurança.

Se formos olhar a década de 80, por exemplo, praticamente essas transferências cobriam na sua integralidade a folha de pagamento dessas três áreas. Não saía um centavo sequer do Governo Local para a folha de pagamento das três áreas. Com a elaboração da Constituição de 1988, ficou expresso que o Governo Federal asseguraria, organizaria e manteria – como o faz – a área de Segurança e colaboraria na manutenção das áreas de Saúde e Educação.

Com a criação do Fundo, o que se tem sentido é que, ano a ano, cai a participação do Governo Federal na manutenção da Educação e da Saúde. Então, às vezes ouvimos em alguns pronunciamentos: “Ah, mas para a Educação, o dinheiro vem da área federal, para a Saúde, o dinheiro vem da área federal”. Hoje, com recursos do Fundo, cobrimos única e exclusivamente 47% – isso já arredondando para cima – da folha de pagamento da área da Educação. Então, não há uma cobertura com o pagamento da área federal para a área local.

O aumento dos recursos do Fundo, anunciado pelo próprio Governo Federal, teria sido de 18,9%. Para surpresa geral e pela primeira vez na história do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	32

Federal, ontem noticiou o Tesouro Nacional que se enganou, quando deu o valor total do que seria transferido para o Fundo no presente ano, e que a receita líquida não era mais a quantia anunciada, ou seja, dos 18,9 %, mas sim de 15,4 %, o que de pronto já diminuiu o valor em R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais). Foi um baque, um furo, Sr. Presidente, a perda desses R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), como noticiado ontem, nos recursos do Fundo Constitucional.

Mesmo assim, o que o Governo local tem pedido é que tenhamos paciência para tentarmos equalizar a questão da crise. O Governo pede isso não só aos servidores da Educação, mas também a todos os servidores do Distrito Federal que, ano a ano, de uma maneira justa, pleiteiam o reajuste de seus salários. Então, a palavra empregada tem sido sempre a de suspensão, ou seja, usa-se o mesmo termo usado pelo Governo Federal na questão dos servidores federais. Eu posso falar um pouco disso e pedir, com experiência, que tenhamos todos paciência neste momento extremamente delicado.

Quando eu assumi, pela primeira vez, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, só havia 3 Unidades da Federação que pagavam pior do que o Distrito Federal. Então, quando eu entrei, fui saudada com a primeira greve, depois de muitos anos, de professores no Distrito Federal. Quem consultar os jornais daquela época verá que a minha expressão sempre foi: “Vamos ter paciência, que essa questão será resolvida. Ela não será de pronto resolvida, mas ela será resolvida”.

Eu não creio que viveremos uma crise eterna, Deputado Milton Barbosa, Deputada Jaqueline Roriz. Como todos os brasileiros, eu creio que vamos sair realmente desta crise o mais breve possível. Quando a arrecadação federal e a arrecadação local entrarem nos seus devidos lugares, nós teremos como fazer.

Se não houvesse essas preocupações, qual seria o governante que estaria fazendo isso com os servidores da Educação, com os servidores da Saúde, com todos os servidores? Falo isso não é porque eu integro realmente a categoria dos servidores da Educação, Deputado Wilson Lima. É porque sabemos que todos, na sociedade, são o que são: cientistas, empresários, políticos, donas de casa. Ou seja, qualquer segmento populacional teve influência dos educadores em suas vidas.

Então, tudo o que eu peço é que tenhamos calma num momento como este, que não nos deixemos enveredar pela má interpretação das questões, deturpando o que vem sendo realmente apresentado, que não ponhamos uma tela para fazermos de conta que não sentimos a crise. A crise existe, mas com otimismo passamos a pensar que a crise passará e o que é suspensão não é eliminação. Vamos ter paciência, porque essas questões serão todas resolvidas.

Portanto, este momento é, mais do que nunca, o momento que merece serenidade, que está a guardar tranqüilidade. No momento de queda de arrecadação – que é comprovada, embora alguns aqui digam que não –, se simplesmente de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	33

forma irresponsável sairmos por aí de imediato concedendo aumentos sem ter a mesma coragem que teve o Presidente Lula de fazer com o seu magistério federal, com seu servidor federal, nós estaremos de pronto cometendo também um outro pecado, que será o de transpor a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero acreditar que a crise existe, acredito que ela será superada, como acredito que todos os encargos e compromissos virão a seu tempo e serão realmente resolvidos. Quando aqui aprovamos com o voto e o discurso de todos nós as reformulações do plano de carreira encaminhado pelo Governo do Distrito Federal, o quadro era diferente do de hoje.

E talvez poucos nesta Casa passaram pelo que passei como professora, Deputado Wilson Lima: seis meses sem receber salário, porque não havia dinheiro no caixa para pagar os professores no Estado do Pará, no meu Estado. Naquela época, eu estava recém-casada. Na casa, dois professores: eu e meu marido, com duas crianças para criar. E, quando nos vimos naquela situação, meu marido disse que só tinha um jeito: largar o magistério e estudar para outra coisa. Ora, isso é uma vergonha! Uma pessoa ter de sair da profissão porque há atraso no pagamento!

Então, administrar com seriedade e com responsabilidade e, a seu tempo, cumprir sempre os compromissos de melhoria para as categorias do servidor público – de uma forma muito especial nos dirigimos aqui ao setor da Educação – é um dever, realmente, de governante.

Por isso, repudio o tratamento que tem sido dado ao Governador Arruda aqui em alguns discursos com a frase: “O Governador mente”. O Governador não mente, o Governador está sendo claro, corajoso, mas está triste com o fato de administrar uma situação que nós, há um ano, não antevíamos e muito menos há dois anos. Mas estamos todos confiantes que passaremos por mais essa crise e as coisas voltarão, o rio voltará, Sr. Presidente, ao seu leito.

Muito obrigada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que amanhã irei entregar a todos os Parlamentares a decisão do Governo Federal. O Governo Federal não sustou nem suspendeu nenhum tipo de reajuste. O Governo Federal reafirmou os reajustes e disse que, se não houvesse disponibilidade financeira, chamaria o conjunto das categorias para negociações, caso fosse necessário reavaliar os índices dados. Portanto, faço questão de trazer amanhã.

Faço também uso da palavra no sentido de reafirmar que o Governador mente, e mente muito, porque quando o Governador disse, o Governo, o Secretário de Educação, que não iria pagar o reajuste, não foi quando a crise estava instalada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	34

S.Exa. disse em agosto. Trago também a matéria em que o Secretário de Educação disse que não iria pagar o reajuste. Não havia crise! Não havia crise! Disse que não iria pagar porque o percentual tinha sido maior do que o Governo imaginava. O Governo imaginava 3,5 ou 5% talvez, mas a receita corrente líquida do País cresceu tanto que o Fundo teve um reajuste de até 20%. E esse foi o compromisso.

O Governador mente! E mente quando diz que não tem recursos, porque na mesma matéria em que diz que suspenderá os reajustes sem negociação com os trabalhadores, e que não contratará profissionais, diz o seu Secretário de Planejamento que os investimentos em obra estarão mantidos porque houve a venda das projeções no Noroeste. Só de receita imediata, Imposto de Transferência de Bens e Imóveis, são R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Mente quando diz que a defasagem entre a estimativa e a receita arrecadada de janeiro pode ser estendida ou pode servir como projeção para todo o ano. Não pode! Até porque começamos a pagar os impostos agora, e as receitas são variáveis. Só se pode calcular isso anualmente.

Por fim, digo que o Governador, que é tão preocupado com as receitas do Distrito Federal, não deveria fazer o que o Secretário de Saúde está querendo fazer. O Secretário de Saúde está querendo contratar 68 leitos de UTI a mais. Pense que o Secretário de Saúde em 2004 – fato que gerou uma CPI – gastou pouco mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). No ano passado se gastaram com UTI privada quase R\$ 71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais).

O Secretário encaminhou para o Conselho de Saúde uma proposta de contratar mais 68 leitos de UTI privada, que custam até 4 vezes mais do que uma UTI pública, quando existem 44 leitos que estão fechados em Santa Maria e existem por volta de 30 leitos – há um relatório da própria Secretaria da Saúde sobre isso – bloqueados que podem ser desbloqueados se houver pessoal e pequenos ajustes. É um relatório da Secretaria de Saúde, não sou eu que estou falando. Esses leitos, que estão bloqueados e existem na Rede, podem estar em funcionamento custando por volta de 30 ou 40% a menos que um leito contratado na UTI.

Eu queria que os Parlamentares atentassem para isso, porque é impossível que os Parlamentares que estão aqui, que querem uma Saúde Pública de qualidade, possam analisar esses dados relativos à Saúde e fiquem impassíveis. As pessoas estão morrendo nesta cidade, estão morrendo porque a Secretaria de Saúde fez uma opção pelas empresas. Quer contratar 68 leitos de UTI que custam 3 ou 4 vezes mais, às vezes até mais do que isso, que um leito público. E existem quase 30 leitos públicos, por relatório da própria Secretaria de Saúde, bloqueados, que com pequenos investimentos – às vezes, Deputado, um investimento de dois, três ou quatro mil reais – coloca-se esse leito em funcionamento. Isso é criminoso.

Portanto, essa preocupação com os cofres públicos deveria tê-la o Secretário de Saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	35

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de declarar o seguinte: se o meu medidor para mentira fosse o mesmo medidor da Deputada Erika Kokay, ilustre Líder da Oposição, eu diria que o Governo do Distrito Federal mente. Mente quando disse no ano passado – e permitiu que colocássemos no Orçamento – que o aumento do Fundo Constitucional para este ano, que está sendo executado agora, seria de 18,9% e ontem comunica ao Governo do Distrito Federal que é de 15,4%.

Mentiu? Eu não acho que mentiu. E comunica o que significa um repasse de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) a menos. Já havíamos colocado no Orçamento deste ano e contávamos com esses R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais). Mas eu não ousou dizer que o Governo Federal mentiu, não tenho este medidor e prefiro não tê-lo para não cometer injustiças. Equívocos são inerentes aos humanos.

Então, lamentavelmente, é a primeira vez na história do Fundo, a primeira vez na história do Fundo – notaram que estou procurando imitar a forma de se expressar da Deputada Erika Kokay ao modular a voz, o que, aliás, invejo bastante, mas nunca fiz curso de imitação de voz. É a primeira vez na história do Fundo que o Governo Federal se engana. Comunica que será um tanto e oito meses depois comunica, como fez ontem, a diminuição do percentual do Fundo Constitucional em R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais). Prefiro entender que foi um grande equívoco do Governo Federal, um equívoco que terá profundas consequências, não na área de Segurança, evidentemente, porque estes estão abrigados na Constituição Federal, mas terá profundas consequências na área da Educação e na área da Saúde. São R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões). Equívoco. Quero classificar de equívoco, não de mentira.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se caiu de 18% ou de 19% para 15%, o Governo, pelo que entendi, vai cumprir a lei e vai dizer que não é mentiroso, vai pagar o que ele acordou em lei. Se é 15%, 14% ou 16%, não importa. Lei é lei. Governador que não cumpre a lei é governador que está na ilegalidade. Portanto, está enganando nossos meninos e meninas e dando-lhes um exemplo extremamente triste.

Muito obrigada.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	36

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a presença do Procurador-Geral desta Casa, Dr. Túlio, e do candidato a procurador-geral, Dr. Marcelo Galvão. A mensagem acaba de ser protocolada nesta assessoria de Plenário.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, quando possível, faça a leitura do Expediente, que se refere à mensagem da indicação do novo procurador-geral para o Distrito Federal, Dr. Marcelo Galvão.

Registro, com muita satisfação, a presença do Dr. Túlio Arantes, do Dr. Marcelo Galvão e do Dr. Eduardo Roriz na sala do cafezinho desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatando o pedido de V.Exa., solicito à Deputada Jaqueline Roriz que aguarde mais um minuto para que possamos fazer a leitura do Expediente.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 42, de 12/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 14ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores desta Casa, jornalistas, o motivo que me traz a esta tribuna no dia de hoje é a saudação à Deputada Eurides Brito e à Deputada Erika Kokay pela sessão solene que foi realizada na sexta-feira, em comemoração ao Dia das Mulheres.

Eu não pude comparecer – estava fazendo um procedimento cirúrgico –, mas fui muito bem representada pelas Deputadas. Gostaria de ressaltar que a luta feminina é muito grande. Eu, como otimista que sou, quero lembrar que hoje as mulheres ocupam um grande espaço na sociedade, na política, enfim, em todos os meios de comunicação as mulheres estão presentes. Apenas no GDF as mulheres não ocupam mais o mesmo número de cargos que ocupavam no governo passado, em que havia 22 mulheres no primeiro escalão. Hoje, temos apenas uma.

Gostaria de lembrar ao Governo do Distrito Federal que nós mulheres não podemos perder espaço. O que precisamos é conquistar mais espaços, porque o mundo está em transformação e as mulheres, por incrível que pareça, representam hoje 52% da população. Trinta por cento das mulheres hoje sustentam as suas famílias. Gostaria que isso não passasse em branco e que nosso Governador se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	37

lembrasse de que nós mulheres temos grande representatividade, até mesmo no eleitorado.

Deixo o meu abraço a todas as mulheres. Não pude estar presente, mas reconheço que, hoje e sempre, somos o braço, a perna, as mãos de todos os homens da nossa sociedade.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Jaqueline Roriz, não é à toa que V.Exa. triunfará nas urnas de 2010 como Deputada Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas me referindo ao que foi falado pela Deputada Jaqueline Roriz, ontem houve o seminário Mulheres no Poder Construindo a Paz, com a presença do Presidente da República, inclusive, e de várias outras autoridades, organizado pela Secretaria de Política das Mulheres, que trabalha este ano a luta da mulher.

Digo isso porque me parece um profundo desrespeito com as mulheres termos como Secretário Executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher uma pessoa que tem no currículo uma grande luta em defesa dos oficineiros de Brasília. O Secretário Executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, que lá não aparece e que não sabe do que se trata o direito de mulheres, tem como currículo a condição de ser presidente do sindicato, ou associação, dos oficineiros do Distrito Federal. Não se pode tratar um conselho dessa forma. Não se pode tratar um conselho que formula as políticas de equidade de gênero e que fiscalizará a implementação dessas políticas da forma como o Governo do Distrito Federal está tratando.

Nós aprovamos a convocação desse rapaz para que ele possa dizer que plano tem para a defesa dos direitos da mulher e como será a sua atuação. Mas, obviamente, ele está lá pendurado em um df, e não aparece. Ou o Governo leva a sério, ou está, para além de todo o seu caráter homofóbico, falacioso, também demonstrando seu caráter sexista e machista.

Sr. Presidente, lembrei-me de uma música do Zeca Pagodinho que diz: brincadeira tem hora. Não brinquem com os direitos da mulher! Não brinquem com a luta dessas mulheres, de toda a sociedade eu diria, porque ela é estruturante. A luta por igualdade de direitos é uma luta estruturante, porque significa resgatar o reconhecimento do que é humano, reconhecimento este que, por tanto tempo, não se desenvolveu neste país.

Eu peço à Mesa Diretora – está aqui presente o Presidente da Casa –, em nome de todos os Parlamentares, que solicite ao Governador do Distrito Federal que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	38

leve o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher e toda a luta histórica das mulheres a sério, pois brincadeira tem hora. Essa brincadeira é de extremo mau gosto e está provocando extremas seqüelas em uma luta histórica, suada, construída a cada vitória com muita dor e com muita esperança.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero manifestar, também, a minha solidariedade à Deputada Jaqueline Roriz, especialmente no que diz respeito ao Governo, digo a este, ao nosso Governo, pois é do nosso partido Democratas.

Deputada Jaqueline Roriz, alertarei o Governador Arruda. Este nosso Governo está muito machista. Em que pese termos aí secretários e dirigentes de empresas de altíssimo gabarito, temos também mulheres muito valorosas que poderiam, com tanto ou mais brilhantismo, ocupar essas posições. Levarei o pleito de V.Exa. ao primeiro encontro que tiver com o Governador, para alertá-lo sobre o fato de que o nosso Governo certamente hoje padece da força feminina, da força da mulher, especialmente da sua sensibilidade nos destinos e nos comandos deste Governo.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito que, se possível, seja votado na tarde de hoje um requerimento de minha autoria que retira uma proposição minha sobre a cidadania, o ensino de cidadania nas escolas, e noções de Direito Constitucional, até porque o estou reapresentando na pauta, fazendo algumas modificações e aperfeiçoando esse projeto.

Se fosse possível, eu agradeceria a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está acatada a questão de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, subo a esta tribuna hoje para pedir a V.Exa. que inclua na pauta a Moção nº 323, de 2009, por um feito de um clube esportivo de nossa cidade. Eu gostaria, por intermédio dessa moção de louvor, de parabenizar o Clube Recreativo e Esportivo dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, conhecido como CRESSPOM. Ele saiu de nossa cidade com muita dificuldade e foi ao Sul disputar o Campeonato Brasileiro de Futsal. Fiquei muito feliz ao assistir à televisão e ver que o CRESSPOM se sagrou vice-campeão brasileiro de futsal, disputando o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	39

campeonato contra as melhores equipes do Brasil. Por exemplo, a final foi disputada com o time que tem simplesmente oito jogadores da seleção brasileira – Falcão e companhia – e, mesmo assim, o CRESSPOM fez uma campanha brilhante e conseguiu sagrar-se vice-campeão. Para mim, pessoalmente, o título tem gosto de campeão. Eu queria destacar que, neste momento, isso serviria de reflexão para que consigamos trabalhar um patrocínio não só para o CRESSPOM, mas para todas as modalidades esportivas. Temos grandes campeões.

Quero agradecer ao Secretário de Esportes por ter concedido, a meu pedido, um ônibus para que eles fizessem a viagem. Quero parabenizar o Emivaldo, o técnico Almeida, o Carvalho e todos os jogadores que fizeram bonito e deram um *show*, levando, com muita dignidade e muita bola, nosso futebol a todo o Brasil. Parabéns a todos do CRESSPOM!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna inicialmente para fazer um comunicado aos Deputados em relação ao encontro que iniciamos hoje, da Mesa Diretora com os jornalistas, e que faz parte da agenda que apresentamos no dia de nossa posse. Faremos pelo menos um encontro mensal com os jornalistas e discutiremos os temas que estão nesta Casa e os temas da cidade.

Estendo esse convite a todos os Deputados desta Casa. Que não seja restrito aos Deputados da Mesa Diretora. Todos os Deputados que desejarem participar do café serão muito bem-vindos. Será em todas as segundas-feiras e terças-feiras do mês, no período das 9h às 10h30min, quando compartilharemos com os jornalistas um gostoso café da manhã.

Hoje me atrasei para chegar a este plenário. Estávamos acompanhando um dos eventos mais importantes – na minha avaliação – deste ano, no âmbito do Governo do Distrito Federal, que foi a celebração de um convênio entre a CAESB e o Governo da Alemanha, universidades alemãs e empresas de saneamento alemãs, para investimento, no Distrito Federal, no sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

No final de 2007 e início de 2008, fui procurado por alguns professores da Universidade de Brasília e os trouxe a esta Casa, junto com o Dr. Fernando Leite, Presidente da CAESB e o Vice-Governador Paulo Octávio. Recepcionamos aqui, na sala da Presidência, o Diretor do Ministério da Educação e Pesquisa da Alemanha, Dr. Ziegler. Nesta Casa, gerou-se o embrião de um grande programa de investimentos da Alemanha no Distrito Federal, por intermédio desse projeto junto à CAESB. Portanto, hoje, com a presença da Embaixada da Alemanha, com a presença do Ministro de Estado da Educação e Pesquisa da Alemanha, com a presença do Vice-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	40

Governador Paulo Octávio, com a nossa presença, foi assinado um convênio de cooperação não só de estudo, mas de investimentos no Distrito Federal.

Deputada Jaqueline Roriz, digo isto a V.Exa., que preside a Comissão de Meio Ambiente. Pela Presidência, solicitarei cópia de todos esses convênios para que a Comissão de Meio Ambiente acompanhe esse grande programa. É um programa que tem 11 pilares em toda a gestão ambiental do Distrito Federal e receberá tecnologia de empresas de saneamento, de empresas ambientais da Alemanha, de duas grandes universidades, a Universidade de Dresler e da Universidade de Munique. A Universidade de Brasília também faz parte desse projeto e desse convênio.

Esse é um projeto de longa duração, de até cinco anos de trabalho, de cooperação. Haverá 80 a 100 técnicos, todos com doutorado e pós-doutorado, envolvidos nesse projeto, que trará uma grande contribuição ao Distrito Federal, fazendo com que o Distrito Federal seja modelo na questão do gerenciamento ambiental e dos seus recursos hídricos. Então, trago essa informação a V.Exa., que preside a Comissão de Meio Ambiente. Requererei as informações necessárias para que, a partir deste momento, V.Exa. e os membros da Comissão de Meio Ambiente possam dar continuidade àquele trabalho que começou comigo, como Líder de Governo, há um ano, e agora começa a dar os seus frutos.

Muito obrigado.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parabeno o Deputado Leonardo Prudente pela iniciativa. Acho que hoje o grande debate do mundo é o meio ambiente. Quando falamos de políticas públicas, de juventude, sobre a questão das mulheres, envolvemos o meio ambiente. E, agora, como Presidente da Comissão, faço questão de receber todo esse material. Quero estar a par do que está acontecendo e receber sugestões.

Aproveito a oportunidade para participar a todos que estamos elaborando uma programação para o Dia Mundial da Água, no dia 22 de abril. Estamos fazendo parceria com algumas ONGs da cidade, com mergulhadores, no intuito de realizarmos uma grande limpeza no Lago. Eu gostaria de contar com a sua colaboração, como Presidente desta Casa, como Deputado. A Comissão do Meio Ambiente quer, sim, estar presente em todos os atos e ter uma grande parceria com esta Presidência.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa aos Deputados presentes que não há *quorum* regimental para aprovarmos matérias. Temos a necessidade de aprovar alguns requerimentos de sessões que serão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	41

realizadas nas próximas quinta e sexta-feiras. Hoje, parece que não há *quorum*. Então, faço um apelo a todos os Deputados, para que amanhã realizemos apenas os Comunicados de Líderes e, assim, consigamos aprovar as matérias que constam na pauta desta Casa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido aos Líderes. Alguns Deputados têm me perguntado sobre a questão da convocação do Colégio de Líderes. Eu não a fiz, até porque eu gostaria de receber, por parte dos Líderes, informações acerca da periodicidade com que eles gostariam de fazer essas reuniões, bem como do melhor horário para realizá-las. Nós não queremos, Deputado Reguffe, correr o risco de fazer uma convocação do Colégio de Líderes e não ter Líder para a reunião, como aconteceu, naturalmente com algumas exceções, várias vezes no momento em que eu estava no exercício da Liderança do Governo.

Então, eu tive essa dificuldade e, certamente, para que a Deputada Eurides Brito, como Líder do Governo, não tenha dificuldade no encaminhamento dos projetos do Governo nas discussões do Colégio de Líderes, eu faço um apelo para que os Líderes dos blocos me informem qual a periodicidade e o melhor dia para que nós possamos, regimentalmente, reunir o Colégio de Líderes.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última segunda-feira, eu estive na Presidência na parte da tarde, porque ficou, Deputado Leonardo Prudente, entendido, pelo menos da minha parte, que as reuniões do Colégio de Líderes seriam sempre nas tardes de segunda-feira, por isso ontem compareci à Presidência, porque ficou entendido, da minha parte, que as reuniões do Colégio de Líderes iriam ser sempre nas segundas à tarde.

Mas fico feliz que seja marcado e estou esperando a data para poder participar com as minhas idéias, tentar dar a minha contribuição para construir algo diferente e melhor.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10	03	2009	15h35min	14ª Sessão Ordinária	42

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que não há *quorum* regimental para a deliberação das matérias.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h22min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 49-Suplemento, de 23/3/2009.